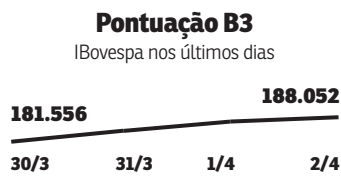
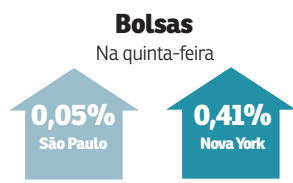




7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 3 de abril de 2026



Na quinta-feira
R\$ 5,159
(+ 0,05%)

Dólar

	Últimos
27/março	5,241
30/março	5,247
31/março	5,178
1º/abril	5,156

Salário mínimo
R\$ 1.621

Euro
Comercial, venda
na quarta-feira
R\$ 5,950

CDI
Ao ano
14,65%

CDB
Prefixado
30 dias (ao ano)
14,64%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Outubro/2025	0,09
Novembro/2025	0,16
Dezembro/2025	0,33
Janeiro/2026	0,33
Fevereiro/2026	0,70

FUNCIONALISMO

Com foco em diversidade e recomposição do quadro, União aposta no CPNU e deve convocar 3,6 mil aprovados da segunda edição ao longo do ano para reforçar o serviço público e acelerar entregas na reta final do mandato

Governo prevê 7 mil novos servidores em 2026

» DANANDRA ROCHA

Fabio Rodrigues-Pozzebom / Agência Brasil



Segundo a ministra, os concursos homologados antes do período eleitoral poderão ter convocações normalmente, sem restrições legais

Cerca de 7 mil novos servidores devem ingressar na administração federal ao longo deste ano, com as primeiras posses previstas para maio, incluindo mais de 3,6 mil aprovados na segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU). Segundo a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, a recomposição integra a estratégia do governo para fortalecer a capacidade do Estado, ampliar a diversidade no serviço público e acelerar a execução de políticas na reta final do mandato.

“Nossa expectativa é convocar aprovados ao longo de todo o ano, parte ainda no primeiro semestre e o restante no segundo”, afirmou ontem, em entrevista ao programa *Bom Dia, Ministra*. O governo também prevê chamar candidatos em cadastro reserva de concursos anteriores, ampliando o preenchimento de vagas e o reforço do funcionalismo.

Criado com a proposta de ampliar e democratizar o acesso ao serviço público, o CPNU tem na inclusão social um de seus principais pilares, destacou a ministra. “A lógica do CPNU é ter um serviço público com a cara do Brasil. Quanto mais diversidade, melhores serão as políticas públicas”, disse.

Os dados mais recentes indicam avanço no perfil dos aprovados, com 40,5% ingressando por meio de cotas, percentual acima do mínimo legal. A legislação atual ampliou para 30% a reserva de vagas destinadas a pessoas negras, indígenas e quilombolas e manteve a política voltada a pessoas com deficiência. A participação feminina também avançou e passou de 37% na primeira edição para 48,4% entre os aprovados mais recentes.

O concurso também expandiu sua capilaridade territorial. A primeira edição reuniu candidatos de mais de 900 municípios, enquanto a segunda registrou participantes de cerca de 600 cidades e formou um amplo cadastro de reserva. Ao todo, foram 3.649 aprovados para vagas imediatas,



“Nossa expectativa é convocar aprovados ao longo de todo o ano, parte ainda no primeiro semestre e o restante no segundo”

Esther Dweck, ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

com potencial de chegar a até 12 mil novos servidores ao considerar futuras convocações.

Dweck ressaltou que concursos homologados antes do período eleitoral poderão ter convocações normalmente. “Não há trava eleitoral para concursos já homologados”, explicou.

A ministra também sinalizou reforços em áreas estratégicas, como a Polícia Federal (PF), que pode receber até 2.500 novos servidores ainda neste mandato. Segundo ela, o governo tem incorporado soluções tecnológicas para assegurar a integridade dos certames, com apoio da Agência Brasileira de Inteligência e da própria PF.

“Quem fez a prova corretamente pode ficar tranquilo. A gente tem total capacidade de detectar fraudes”, afirmou, acrescentando que

candidatos beneficiados por irregularidades poderão ser excluídos mesmo após a posse.

Recomposição

Durante a entrevista, a ministra rebateu críticas de que o governo estaria promovendo um inchaço da máquina pública. Segundo ela, a política atual busca apenas recompor perdas acumuladas desde 2016. “É um total equívoco. [...] A gente está só correndo atrás de um prejuízo”, declarou.

De acordo com Esther Dweck, o esvaziamento do serviço público nos últimos anos decorre, sobretudo, do volume elevado de aposentadorias, sem reposição na mesma proporção. “A realidade era muito triste, faltava gente em várias áreas”, disse. Ela citou que, apenas

em 2019, cerca de 70 mil servidores deixaram o funcionalismo.

Entre 2023 e março de 2026, foram contratados 19 mil servidores, enquanto 16 mil saíram, o que representa um ganho líquido de apenas 3 mil. “Entraram líquidos só 3.000, e já tinham saído aqueles 70 mil”, ressaltou.

A recomposição, segundo a ministra, ocorre dentro dos limites fiscais e com foco em áreas prioritárias, como segurança e educação. “Tudo é feito com total responsabilidade fiscal”, reforçou.

Com a sanção da Lei 15.367/2026, o governo promoveu a reestruturação de carreiras do Executivo, com a transformação de 67 mil cargos obsoletos em 36 mil funções mais alinhadas às necessidades atuais. Na educação, foram criados 24 mil postos

para viabilizar a expansão da rede federal. “A gente está aumentando os quadros justamente para permitir essa expansão do ensino federal”, disse.

Reta final

Dweck afirmou que o governo entrou em uma fase de aceleração das entregas, impulsionada pelo calendário administrativo e político. “Estamos nessa reta final de entregas, todo mundo acelerando para poder entregar tudo que falta ainda esse ano”, declarou.

Segundo ela, o movimento ganha força após o balanço apresentado pelo ministro Rui Costa, da Casa Civil, que apontou elevado nível de execução das políticas públicas. A ministra ressaltou que ainda há um ano de mandato pela frente, o que sustenta a expectativa de novos avanços e entregas.

Ela também comentou mudanças na Esplanada, com a substituição de ministros por secretários-executivos, decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para garantir continuidade administrativa. “A ideia foi justamente manter as políticas. As equipes continuam, o ritmo está muito acelerado e o calendário vem sendo cumprido à risca”, afirmou. “A gente ficou muito feliz que o número de ministras foi mantido”, acrescentou.

Ao abordar o cenário eleitoral, Dweck rechaçou o uso da máquina pública com fins políticos e enfatizou o foco da gestão na entrega de resultados. “Nosso trabalho é fazer as políticas acontecerem. Isso por si só muda a vida das pessoas. O resultado eleitoral depende da avaliação da população”, afirmou.

Para sustentar a avaliação do governo, ela mencionou indicadores como a queda do desemprego, o crescimento econômico acima de 3% e a redução da desigualdade. “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai tentar a reeleição com base nas entregas que tem feito”, disse a ministra, que indicou que, apesar das eleições, não há previsão de mudanças na condução das políticas públicas. “A expectativa é de continuidade. As equipes estão mantidas e comprometidas com o cronograma.”

CONJUNTURA

Indústria cresce 0,9% em fevereiro

» EDUARDA ESPOSITO

A produção industrial brasileira cresceu 0,9% em fevereiro, após alta de 2,1% em janeiro, segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Apesar do resultado positivo, o avanço ficou ligeiramente abaixo da projeção da entidade, de 1%, mas superou a expectativa do mercado, de 0,7%.

De acordo com a federação, 2026 começou com recuperação gradual da indústria, após as perdas registradas no fim de 2025 e com crescimento mais disseminado entre os setores. Em janeiro, houve retomada da produção após um dezembro marcado por

férias coletivas e paralisações técnicas. Já em fevereiro, o avanço foi impulsionado pela recomposição de estoques em diferentes segmentos industriais.

“Apesar do desempenho favorável registrado nos dois primeiros meses do ano, a indústria de transformação enfrenta um conjunto de desafios que aponta para a continuidade de um cenário de fragilidade do setor ao longo do ano. Entre os principais fatores, destaca-se o nível ainda elevado da taxa de juros, alto nível de endividamento das famílias, cenário internacional ainda mais incerto em razão da intensificação de conflitos geopolíticos, especialmente no Oriente Médio, e

Divulgação/IBGE



Veículos impulsionaram desempenho da indústria de transformação

uma aceleração significativa da inflação dos custos industriais”, avaliou a Fiesp.

Mesmo diante de incertezas internas e externas, como juros

elevados e conflitos, a entidade mantém uma visão otimista para o ano, sustentada por anúncios de investimentos em infraestrutura e projetos do governo federal. “Nesse

contexto, a Fiesp projeta crescimento de 0,9% da produção da indústria geral em 2026, após alta de 0,6% em 2025. Já a indústria de transformação deverá apresentar estabilidade (0,0%) em 2026, após queda de 0,2% em 2025”, estimou.

O avanço da indústria em fevereiro foi puxado pela transformação, que cresceu 1%, e pela extrativa, com alta de 1,1%. Segundo a analista da InvestSmart CP, Sara Paixão, o desempenho foi liderado por veículos automotores e por coque, derivados de petróleo e biocombustíveis.

“O que chama a atenção é que a atividade de veículos automotores, reboques e carrocerias já compensou o recuo de 9,5% no fim de 2025, acumulando alta de 14,1% em 2026. É um setor ligado ao crédito, que voltou a ganhar tração, o que pode ser um ponto de atenção para o Copom”, afirmou.

Apesar disso, a indústria recuou 0,7% na comparação anual,

indicando moderação. “Esse resultado pode ter sido influenciado pelo menor número de dias úteis e pelo efeito de base, já que janeiro cresceu 2,1%”, explicou.

O C6 Bank avalia que a indústria deve perder fôlego ao longo de 2026, apesar do avanço recente. Para a economista Claudia Moreno, o crescimento não deve se sustentar. “Apesar das altas em janeiro e fevereiro, a tendência é de resultados mais fracos no ano, puxados pela indústria de transformação. A extrativa também deve se acomodar. Projetamos queda de cerca de 1% no ano”, afirmou.

Ela destacou, ainda, o impacto dos juros elevados. “O Copom deve seguir com cortes, mas o ritmo dependerá do cenário externo. Projetamos redução de 0,5 ponto na próxima reunião, com a Selic a 14,25%, e encerramento do ano em 12,5%. Ainda assim, os juros seguem altos, encarecem o crédito e desestimulam investimentos”, disse.